



**UNIÃO DINÂMICA DE FACULDADE CATARATAS
FACULDADE DINÂMICA DAS CATARATAS
CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL**

**RELEVÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO NA GUARDA MUNICIPAL DE FOZ
DO IGUAÇU/PR DE UM SETOR ESPECIALIZADO PARA PROTEÇÃO
AO MEIO AMBIENTE**

GILDO TELLES DE FREITAS

FOZ DO IGUAÇU – PR

2008

GILDO TELLES DE FREITAS

**RELEVÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO NA GUARDA MUNICIPAL DE FOZ
DO IGUAÇU/PR DE UM SETOR ESPECIALIZADO PARA PROTEÇÃO
AO MEIO AMBIENTE**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora da
Faculdade Dinâmica de Cataratas –
UDC, como requisito parcial para
obtenção de grau de Engenheiro
Ambiental.**

**Prof^(a). Orientador(a): Luciana Mello
Ribeiro**

FOZ DO IGUAÇU – PR

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

UNIÃO DINÂMICA DE FACULDADES CATARATAS

**RELEVÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO NA GUARDA MUNICIPAL DE FOZ DO
IGUAÇU/PR DE UM SETOR ESPECIALIZADO PARA PROTEÇÃO AO MEIO
AMBIENTE**

**PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PARA AVALIAÇÃO
PARCIAL DO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO**

Aluno: Gildo Telles de Freitas

Prof^a. Orientadora: Dr^a. Luciana Mello Ribeiro

Nota Final

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr. Victor Manuel Ulloa Campos

Prof^a. Msc. Ângela Lemos Prestes Marcondes

Foz do Iguaçu, 13 de novembro de 2008.

Dedico este estudo à minha mãe Ivone Telles de Freitas (*in memoriam*), por sua incansável luta na criação e educação de seus filhos, assim como nas lições diárias para a busca da realização de nossos sonhos. Reporto-me ao pensamento da escritora Grácia C. Matos que diz: “O colar mais precioso, com que se orna uma mãe, são os braços de seu filho.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela concretização desse sonho. A minha família que se fez presente mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos mestres e amigos de turma pela colaboração ao longo desses anos que se findam. As lutas e dificuldades ficaram. Trago as experiências e aprendizado, e principalmente, a sensação do dever cumprido, contudo sem esquecer-me da tarefa de executar os princípios éticos e morais que a profissão requer e o meio ambiente anseia.

“Dedicação é a capacidade de se entregar à realização de um objetivo.

Não conheço ninguém que tenha progredido na carreira sem trabalhar pelo menos doze horas por dia nos primeiros anos.

Não conheço ninguém que conseguiu realizar seu sonho sem sacrificar Sábados e Domingos pelo menos uma centena de vezes.

Da mesma forma, se quiser um casamento gratificante, terá de investir tempo, energia e sentimentos nesse objetivo.

Se você quiser construir uma relação amigável com seus filhos, terá de se dedicar a isto, superar o cansaço, arrumar tempo para ficar com eles, deixar de lado o orgulho e o comodismo.

O sucesso é construído à noite. Durante o dia você faz o que todos fazem!

Mas para conseguir um resultado diferente da maioria você tem de ser especial, se fizer igual a todo mundo obterá os mesmos resultados.

Não se compare a maioria, pois infelizmente ela não é modelo de sucesso.

Se você quiser atingir uma meta especial, terá de estudar no horário em que os outros estão tomando chope com batatas fritas.

Terá de planejar enquanto os outros permanecem à frente da televisão.

Terá de trabalhar enquanto os outros tomam sol à beira da piscina.

A realização de um sonho depende da dedicação.

Há muita gente que espera que o sonho se realize por magia. Mas toda magia é ilusão.

E ilusão não tira ninguém do lugar onde está. Ilusão é combustível de perdedores.

Roberto Shinyashiki

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	VII
RESUMO.....	VII
ABSTRACT	IX
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos	13
1.1.1 Objetivo geral	13
1.1.2 Objetivos específicos.....	13
1.2 Justificativa e relevância.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Breves considerações sobre a origem da Polícia.....	15
2.2 Organização da Segurança Pública	16
2.2.1 Polícias federais	16
2.2.2 Polícias estaduais	18
2.2.3 Guardas Municipais.....	21
2.2.4 Ministério Público	21
2.3 A questão ambiental.....	22
2.4 Polícia Ambiental.....	26
3 METODOLOGIA.....	29
4 SEGURANÇA AMBIENTAL: O CASO DE FOZ DO IGUAÇU	31
4.1 Origens e desenvolvimento do Município de Foz do Iguaçu	31
4.1.1 A Guarda Municipal de Foz do Iguaçu	39
4.2 Demandas e características do município de Foz do Iguaçu	41
4.3 Estrutura atual para atendimento à demanda ambiental.....	46
4.4 Proposta da atuação de uma Guarda Municipal Ambiental	49
4.4.1 Funcionamento da Guarda Municipal Ambiental.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55

6 REFERÊNCIAS.....	59
--------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Animais em extinção	24
Figura 2: Regiões do Brasil com policiamento ambiental.....	28
Figura 3: Município de Foz do Iguaçu	31
Figura 4: Localização do município de Foz do Iguaçu	38
Figura 5: Localização da Guarda Municipal	40
Figura 6: Parque Nacional do Iguaçu	44

FREITAS, Gildo Telles. **Relevância da implantação na Guarda Municipal de Foz do Iguaçu/Pr de um setor especializado para proteção ao meio ambiente.** Foz do Iguaçu, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental) - Faculdade Dinâmica de Cataratas.

RESUMO

Nota-se a crescente percepção da importância atribuída aos problemas ambientais, sobretudo pela atenção dos meios de comunicação e pelas diversas mobilizações da sociedade em busca de uma convivência mais saudável com a natureza. Em Foz do Iguaçu, as belezas naturais são também fonte significativa da economia local através do turismo e constituem patrimônio que requer mais cuidado. Fiscalização e prestação de informações são parte necessária do cuidado ambiental, tarefa que pode receber a contribuição da guarda municipal, como já ocorre em outros municípios do país, como Jundiaí/ SP e Rio das Ostras/ RJ, entre outros. Este trabalho de pesquisa bibliográfica teve por objetivo analisar a relevância da implantação de um setor especializado em meio ambiente na guarda municipal de Foz do Iguaçu. A cidade possui atualmente uma guarda municipal com número expressivo de agentes e equipamentos, requerendo poucos recursos para a criação de um grupamento ambiental. A proposição desta guarda especializada vem preencher uma lacuna deixada por outros órgãos, quanto ao cuidado do dia a dia em relação ao ambiente, tanto em termos de esclarecimento e prestação de informações, de modo profilático, como também em termos de pequenas atuações. A atuação de um pelotão específico virá a somar com outros órgãos e forças policiais já encarregadas deste mister, fazendo frente às diversas formas de degradação e violação ambiental e desta forma contribuindo com as presentes e futuras gerações na manutenção de um ambiente sadio e equilibrado.

Palavras-chave: guarda municipal ambiental – carência de efetivo – preservação

FREITAS, Gildo Telles. **The relevance of implementing a specialized section in the city guard of Foz do Iguaçu/ PR to environmental protection.** Foz do Iguaçu, 2008. Course Conclusion Work (Bachelors degree in Environmental Engineering) - Faculdade Dinâmica de Cataratas.

ABSTRACT

It is clearly noticed the increasing perception of the environmental problems' importance, specially by the attention provided by the means of communication and the many society's mobilizations in search for a more healthy conviviality with nature. In Foz do Iguaçu, the natural beauties are also a considerable source of local economy through tourism, and these patrimonies demand a greater care. Inspecting and providing information are necessary parts of this process, a task that may be helped by the city guard, as it happens in some other cities in Brazil, as in Jundiaí/ SP and Rio das Ostras/ RJ, among others. This bibliographical research work aims to analyse the relevance of implementing an environmental specialized section in the city guard of Foz do Iguaçu. The city guard of Foz do Iguaçu has today a significant number of agents and equipment and demands few resources in order to create an environmental grouping. The proposal of this specialized guard fulfils a lack left by other organs, concerning everyday environmental care, not only in terms of clarification and information provision, in a profilatic way, but also with low-cost fines. The acting of a specific platoon will help the job of police forces already in charge of this task, combatting different types of environmental degradation and violation, contributing to present and future generations in the maintenance of a healthy and balanced environment.

Keywords: guarda municipal ambiental (environmental municipal guard) - lack of staff - preservation

1 INTRODUÇÃO

As questões ligadas ao meio ambiente geram reflexos na economia. Há que se verificar que os direitos ambientais sempre estão intimamente ligados aos direitos humanos, pois agem como instrumento capaz de assegurar melhor qualidade de vida à população. “Relatórios da ONU apontam que 85% de produção e do consumo no mundo estão localizados nos países industrializados que tem apenas 19% da população” (VITOR, 2002 *apud* GIODA, 2008), ao passo que, conforme relatório do PNUD, “as três pessoas mais ricas do mundo têm lucro superior ao PIB dos 48 países mais pobres onde vivem cerca de 600 milhões de pessoas. É estimado que sejam gastos no planeta 435 bilhões de dólares/ano em publicidade. 15 bilhões de dólares seriam suficientes para acabar com a fome do mundo, que mata 10 milhões de crianças por ano” (BISSIO, 2000 *apud* GIODA, 2008).

Os recursos naturais não devem ser tidos apenas como fonte de lucro, mas como fonte de toda a vida, incluindo as futuras gerações. Então, há de se ter consciência de que existe uma combinação de recursos ecológicos, humanos e financeiros para que se realize o desenvolvimento econômico. Contudo, verifica-se a

necessidade de que os ecossistemas operem dentro de uma situação com capacidade de conciliar condição econômica e ambiental. “Dados recentes fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostraram que o mundo está consumindo 40% além da capacidade de reposição da biosfera (energia, alimentos, recursos naturais) e o déficit é aumentado 2,5% ao ano”(COZETTI, 2001 *apud* GIODA, 2008).

Atualmente, existe um consenso sobre a necessidade de conciliar economia e conservação, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, escolas e livros, porém, na prática, observa-se o oposto. Ampliação crescente dos problemas ambientais, em número, extensão e profundidade do impacto.

A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado, como se vê no artigo 170 da Constituição Federal (CF) de 1988:

Art. 170 - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único - É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (BRASIL, 1988).

Para a real defesa do meio ambiente, vê-se, pois, a necessidade de contemplar o direito à sobrevivência, superando a exclusão social. Ou seja, tem-se, então, um desafio: ao mesmo tempo garantir meios de sobrevivência a todos e cuidar da base material da biosfera (meio ambiente) que permite a existência do processo econômico produtivo. Garantir a manutenção dos recursos ecológicos é condição fundamental para a existência da sociedade.

Todos podemos fazer uso dos recursos naturais, porém de forma mais consciente em relação a sua preservação, por ser este um bem coletivo, conforme indicado no artigo 225 da CF:

“Art. 225 - *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”* (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, propõe-se com esse estudo, analisar a importância da criação de uma “Divisão” na Guarda Municipal, chamada “Guarda Municipal Ambiental”, cujos integrantes desempenharão suas atividades em consonância com órgãos legalmente responsáveis pela preservação e manutenção do meio ambiente, instruindo e protegendo a comunidade.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a importância da criação e implantação de um setor da Guarda Municipal para atender as questões relacionadas ao meio ambiente.

1.1.2 Objetivos Específicos

- * Identificar as características do município de Foz do Iguaçu quanto aos problemas e conflitos ambientais;

- * Estudar as possibilidades de atuação da Guarda Municipal face às demandas ambientais do Município de Foz do Iguaçu;

- * Apresentar proposta de atuação da Guarda Municipal conforme o diagnóstico realizado.

1.2 Justificativa e relevância

Mediante a atual realidade do município de Foz do Iguaçu, tríplice fronteira, onde a demanda turística é de vital importância para a economia da região, este estudo se justifica, pois a insuficiência da atuação dos órgãos atuais (IBAMA, IAP, Força Verde) pode comprometer a paisagem natural da região, abalando conseqüentemente o turismo local.

Há necessidade de preservar o meio ambiente das ações de depredação impostas pela ocupação desordenada da população (invasões) de áreas de reservas ambientais e legais, matas ciliares e áreas verdes pertencentes

ao Município de Foz do Iguaçu, zelando pela sua conservação e preservação e das espécies que ali encontram o seu habitat. Ademais, é preciso fiscalizar atividades individuais, comerciais e industriais que impliquem em risco ao meio ambiente e agir devido à necessidade de fiscalização como agente educador. Em função disso, exigem-se alternativas e mecanismos que visem solucionar os problemas ambientais da região, promovendo o turismo do município e contribuindo para a tomada de consciência da população.

Do ponto de vista da pesquisa, este estudo mostra-se relevante devido à ausência de outros estudos relacionados ao tema, conforme levantamento realizado em diferentes bases de dados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breves considerações sobre a origem da polícia

A função policial tem longínquas origens. Conforme Silva (2002), encontramos-la descrita por povos antigos, como os egípcios e os hebreus.

Segundo Guimarães (2006) a palavra polícia, etimologicamente falando, é oriunda das Cidades-Estado da Grécia Antiga, onde as atividades governamentais eram chamadas de politéia, também originária de polis, ou seja, cidade.

Hoje, define-se polícia como sendo a função administrativa estatal que tem como escopo a manutenção da ordem pública, a fim de que se possa viver harmoniosamente em sociedade atuando de forma preventiva e repressiva no combate aos desvios de conduta dos cidadãos. Guimarães (2006) afirma que atualmente a Polícia brasileira se divide em dois segmentos: Polícia Administrativa ou Preventiva e Polícia Judiciária ou Repressiva.

O artigo 78 do Código Tributário Nacional define o poder de polícia da seguinte forma:

Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (BRASIL, 1966)

Levando em conta a definição legal, pode-se notar que o próprio Estado se beneficia do poder de polícia, sendo que exercendo o poder de polícia o Estado impõe restrições aos interesses individuais em favor do interesse público, conciliando tais interesses (SILVA, 2002).

Em suma, o poder de polícia acaba se tornando uma espécie de manifestação da Administração Pública, que propõe o exercício dos direitos individuais de modo que o interesse público esteja resguardado (SILVA, 2002).

2.2 Organização da Segurança Pública

Segundo Silva (2002) a segurança pública é exercida pelos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares. Há, contudo, uma repartição de competências nessa matéria entre a União e os Estados, de tal sorte que o princípio que rege é o de que o problema da segurança pública é de competência e responsabilidade de cada unidade da Federação, tendo em vista as peculiaridades regionais e o fortalecimento do princípio federativo, como aliás, é da tradição do sistema brasileiro.

2.2.1 Polícias Federais

Estão mencionadas três polícias federais no artigo 144 da CF: a polícia federal propriamente dita, a polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal.

As polícias federais, de acordo com Silva (2002), são organizadas e mantidas pela União (art. 21, XIV), que também organiza e mantém a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar no Distrito Federal e nos Territórios. A polícia federal destina-se a:

- a) apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e

- empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme;
- b) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entopercetes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
 - c) exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;
 - d) exercer com exclusividade, as funções de polícia judiciária da união.

Conforme estudos de Correa (1980), o departamento de polícia federal tem sua origem enraizada no governo de Vargas, em 1944, quando transformou-se a Polícia Civil do DF em um órgão novo, o Departamento Federal de Segurança Pública, sendo então reconhecida por intermédio de um decreto, passando então a atuar continuamente, com maior poder de atuação. Dessa forma, suas atribuições foram aumentando, sendo então regulamentadas. A partir de 1967, recebeu sua nomenclatura atual passando a ser chamado de Departamento de Polícia Federal.

A polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal, por sua vez, destinam-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo, respectivamente, das rodovias e das ferrovias federais.

Já o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), segundo Ferreira (2006) é um órgão que mantém-se ligado diretamente ao Ministério da Justiça, sendo então responsável por diversas funções, entre elas o cumprimento das leis de trânsito em rodovias federais.

No entanto, como o próprio autor cita, a Polícia Rodoviária Federal não possui somente essa função, agindo atualmente em outros setores, devido ao agravamento dos problemas de Segurança Pública. Assim, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) tenta hoje, prevenir e reprimir o crime organizado, “especialmente no

combate ao roubo e furto de veículos e cargas, ao narcotráfico e contrabando.”
(FERREIRA, 2006)

2.2.2 Polícias Estaduais

São polícias estaduais, segundo Silva (2002), responsáveis pelo exercício das funções de segurança pública e de polícia judiciária: a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar.

As polícias estaduais dividem-se em polícia civil e polícia "militar". Esta última cumpre tarefas próprias das polícias civis típicas, subordina-se diretamente ao Poder Executivo (Governador e Secretário de Segurança Pública de cada estado) e não é uma força interna do aparato militar nacional. Contudo, mantém o nome de polícia "militar" que lhe foi atribuído ao ser criada em 1977 no decorrer do período de governo militar (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS).

Conforme cita Silva (2002) à polícia civil incumbe as funções de polícia judiciária, e a apuração de infrações penais. À polícia militar, em cada Estado, cabem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, enquanto ao corpo de bombeiros militar de cada Estado compete, além de outras definidas em lei, como a de prevenção e debelação de incêndios, a execução de atividades de defesa civil. Essas polícias militarizadas dos Estados são consideradas forças auxiliares do Exército e se subordinam, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal.

A polícia civil exerce a função de polícia judicial do estado, encarregando-se de verificar as infrações penais, com exceção das penas militares e das de competência da Polícia Federal. A "polícia militar" tem a responsabilidade do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, ou seja, ela se ocupa, primordialmente, das tarefas diárias de patrulhamento e de perseguição de criminosos. Quanto à subordinação, as polícias estaduais, tanto "militares" quanto

civis, subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Artigo 144, parágrafo 6 da CF). O chefe das polícias estaduais é o Secretário de Segurança Pública, auxiliar direto do Governador e responsável pelos atos que pratica ou referenda no exercício de seu cargo (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS).

De acordo com Loureiro (2004) as Polícias militares mantiveram ao longo do tempo uma função dupla dentro das constituições federais brasileiras. Elas são órgãos de segurança pública dos estados federados e, ao mesmo tempo, forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro.

Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de Julho de 1934, a União possuía competência privativa para legislar sobre sua organização, instrução, justiça e garantias, tal como condições gerais da sua utilização em caso de mobilização ou de guerra (art. 5o., alínea I). Sendo assim, as PMs foram definidas como reservas do Exército, devendo inclusive gozar das mesmas vantagens àquele atribuído, quando mobilizadas ou a serviço da União (art. 167). No Estado Novo de Getúlio Vargas, a sobrevivência da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de Novembro de 1937 fez desaparecer as PMs como referência constitucional (LOUREIRO, 2004).

Segundo o autor, na Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de Setembro de 1946, as polícias militares conseguiram se tornar órgãos de segurança interna e de manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e Distritos Federais. No entanto, mantiveram sua segunda função: forças auxiliares e reservas do Exército.

Com a Constituição de 1967, Silva (2002) afirma que nada mudou, havendo durante o regime militar pós-64 uma atribuição às polícias militares o policiamento ostensivo fardado e organização assemelhada do Exército Brasileiro e na Constituição de 1969 algumas reformulações, permanecendo como forças de manutenção da ordem pública, auxiliares, reserva do Exército.

Por sua vez, na Constituição da República Federativa do Brasil 1988, as PMs pareciam ganhar uma nova dimensão e passaram a figurar entre os órgãos de segurança pública (art. 144). As PMs, juntamente com os

demais órgãos de segurança pública foram criadas para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A União perdeu a competência de legislar privativamente sobre a instrução militar das PMs, mas manteve a competência de instituir normas gerais sobre a organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização (art. 5o., inciso XXI) (LOUREIRO, 2004).

De acordo com a legislação em vigor, as PMs são consideradas forças auxiliares do Exército, organizando-se de forma semelhante a eles.

Por outro lado, as PMs são imersas numa cotidianidade de violência urbana, a qual exige da organização policial o dinamismo necessário para o combate à criminalidade. A estrutura militarizada é incompatível com a necessidade de formação de comandos descentralizados e especializados, voltados à superação de necessidades locais. A manutenção da ordem pública e a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio impõem aos policiais militares um contato estreito com a comunidade que devem atender, diferentemente dos membros das Forças Armadas que pouca relação possuem com as populações locais. Conseqüentemente, o comportamento do corpo policial será menos rígido e mais flexível a fim de atender os desígnios do combate à criminalidade, que impõe, necessariamente o respeito aos direitos constitucionais da pessoa, inclusive, no ato da prisão. A polícia é serviço público que pode ser requisitado por todo aquele que o necessite e não demanda ordens e comandos de superiores hierárquicos. Assim, a hierarquia policial militar não é tão categórica na ação policial, quando solicitada por qualquer um do povo.

2.2.3 Guardas Municipais

Os guardas municipais, por sua vez, são respaldados pela Constituição apenas no reconhecimento da faculdade de proteger bens municipais, serviços e instalações. De acordo com Silva (2002), certamente esta é uma área de segurança; assegurar a incolumidade do patrimônio municipal, que envolve bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens patrimoniais, mas não é de polícia ostensiva, que é função exclusiva da Polícia Militar.

2.2.4 Ministério Público

De acordo com Guimarães (2006), os pesquisadores apontam, como berço do Ministério Público, ora o Egito Antigo há mais de quatro mil anos, a Grécia e Roma. No entanto, é certo que prepondera a idéia de que o Ministério Público teve sua feição moldada como instituição, na França medieval, quando, após longo período de evolução, no século XVI, uniram-se as figuras do “Procurador do Rei” e do “Advogado do Rei”. Desta união advém a primeira noção de Ministério Público, sem embargo de ainda preponderarem as funções administrativas sobre aquelas processuais.

Segundo Ramos (2001)

somente mais tarde, no século XIX, as tarefas administrativas são delegadas aos agentes fiscais, passando o Ministério Público a preocupar-se tão-somente com suas funções processuais; estando ainda subordinado ao Poder Executivo. Só em 1890, é que o Ministério Público, na França, passou a representar e defender os interesses da sociedade, velar a tudo o que interessa a ordem pública, requerer e manter a aplicação das leis e assistir as pessoas incapazes de se defender por si mesmas.

O Ministério Público brasileiro passou por profundas transformações, sendo este modelo adotado só muito recentemente, iniciado com a Lei Complementar 40, de 1981, e aperfeiçoada com a Constituição da República de 1988.

Assim, a Constituição da República significou um grande avanço, adquirindo o Ministério Público sua verdadeira independência e autonomia. (CR, 1988, artigo 127).

Nesse contexto, Guimarães (2006) coloca que como instituição essencial a função jurisdicional do Estado, o Ministério Público ocupa espaço destacado na aplicação da justiça em nosso país, não se admitindo mais a prestação jurisdicional em sua plenitude, sem a intervenção efetiva do Ministério Público nas causas que interessam à sociedade. Ao Ministério Público também incumbe a defesa da ordem jurídica, reforçando seu papel de fiscal da lei.

Por fim, o Ministério Público está incumbido da defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Ou seja, a atuação deste deve estar sempre voltada a garantir aos cidadãos o pleno exercício de seus direitos, sejam eles sociais, sejam eles individuais indisponíveis.

2.3 A questão ambiental

A origem do planeta Terra, segundo Tundisi (2002), se deu há aproximadamente 4,6 bilhões de anos e suas condições originais eram muito diferentes das atuais.

As relações entre o ser humano e o restante do meio ambiente são intrínsecas e inevitáveis. Todas as descobertas do homem, da menor a mais

grandiosa, estão ligadas à própria natureza. E algumas de suas ações causaram danos à natureza. A descoberta do fogo, por exemplo, acabou por gerar queimadas, a exploração intensiva do plantio fez com que matas e florestas fossem derrubadas. E hoje, com descobertas mais expressivas da comunidade científica, cada vez mais danos vem sendo causados, quando tais descobertas são usadas a serviço de um modo de produção exploratório.

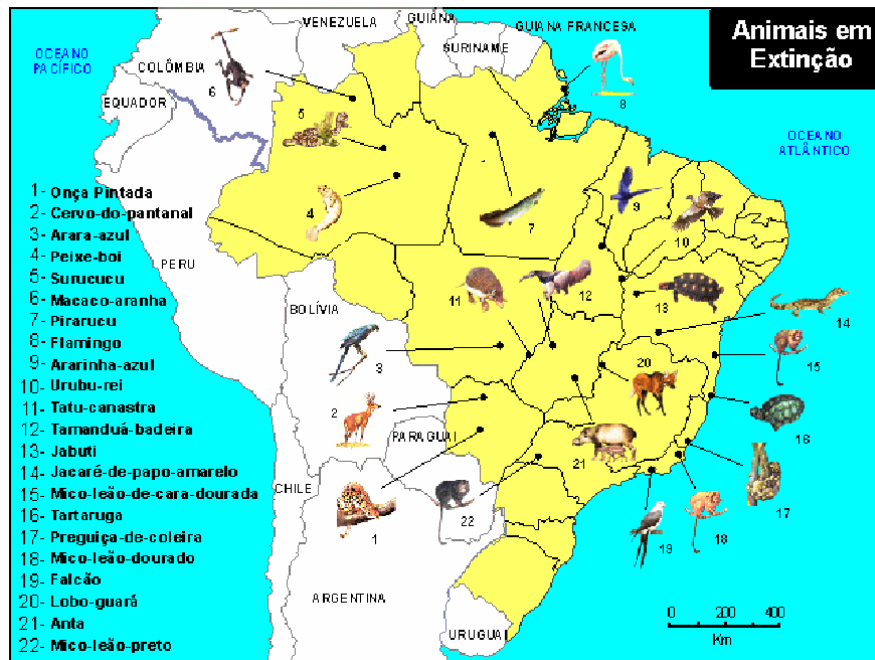
Segundo Hammes (2004), o homem faz parte do ambiente em que vive, tirando dele sua fonte de alimento, seu sustento e sua diversão, por isso, o impacto ambiental, de acordo com a autora supracitada, pode ser tanto positivo quanto negativo, caracterizando-se pela alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, mensurada por meio de indicadores ambientais. De forma genérica, o impacto ambiental negativo pode ser entendido como uma condição de deterioração ambiental cuja especificação se traduz em degradação, poluição e contaminação.

Muitas vezes pode-se encontrar grandes áreas impactadas, ou até mesmo países e estados, devido ao rápido desenvolvimento econômico, sem o controle e manutenção dos recursos naturais. A consequência pode ser poluição, uso incontrolado de recursos como água e energia etc. E também pode-se encontrar áreas impactadas por causa do subdesenvolvimento, que traz como consequência a ocupação urbana indevida em áreas protegidas e falta de saneamento básico (GOULART, 2006).

Vale ressaltar, que o meio ambiente não inclui somente áreas de preservação e sim tudo o que nos rodeia, água, ar, solo, flora, fauna, homem, que estão em constante degradação pela ação humana (TORRES, 2007).

A fauna brasileira, segundo Torres (2007), constitui-se de uma rica diversidade de espécies, sendo 10% de répteis e mamíferos, 17% de aves e 100.000 espécies de invertebrados. No entanto, atualmente existem 330 espécies

em extinção, como mostra a figura 1, causadas principalmente pela destruição de habitats, a caça/pesca predatórias e a poluição.



Fonte: http://www.achetudoeregiao.com.br/ANIMAIS/mapa_animais_extincao.htm

Figura 1: Animais em extinção

A flora brasileira também não está protegida. Desde o início, o homem vem exercendo suas forças extraindo riquezas florestais para a acomodação da população e satisfação das necessidades, como a agricultura e pastagens sem um planejamento ambiental adequado, provocando assim, grandes alterações no ecossistema.

As queimadas, geralmente praticadas pelo homem, são atualmente um dos principais fatores que contribuem para a redução da floresta em todo o mundo, além de aumentar a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, agravando o aquecimento do planeta (TORRES, 2007).

Os índices elevados de desmatamento são assustadores. O ano de 2003/2004 apresentou, segundo Torres (2007), o maior desmatamento na história da Amazônia, equivalente a 8,6 mil campos de futebol em apenas um dia. A Mata Atlântica sofreu ainda mais, restando atualmente 7% do que era no princípio.

Os recursos hídricos também sofrem com o atual modelo sócio-econômico, estando uma grande parte contaminada por resíduos sólidos, fertilizantes, inseticidas, herbicidas e fungicidas que se infiltram na terra atingindo os mananciais subterrâneos. Além disso, a ocupação inadequada do solo tem grande responsabilidade na degradação dos recursos hídricos, pois foram construídos no Brasil 4,4 milhões de moradias entre 1995 e 1999, sendo apenas 700 mil dentro do mercado formal, produzindo uma grande quantidade de lixo que fica lançado a céu aberto (TORRES, 2007).

Nesse contexto, com os conflitos ambientais cada vez mais evidentes, foi necessário, segundo Hammes (2004), o surgimento de vários programas que culminaram em diversas medidas políticas. Iniciaram-se, assim, discussões que acabaram sendo a base para o surgimento de novos conceitos como ecologia globalizada, Agenda 21, Rio-92, entre outros.

O principal conceito que surge nesse momento é o desenvolvimento sustentável, defendido por especialistas como Donaire (1999), que diz que além de equidade social e equilíbrio ecológico, o desenvolvimento sustentável contempla o desenvolvimento econômico e é, ao mesmo tempo, fundamental para que este se dê. Induz, assim, um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas do desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentidos harmoniosos. Neste sentido, o desenvolvimento da tecnologia deverá ser orientado para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento da capacidade de inovação dos países em desenvolvimento, e o progresso será entendido como fruto de maior riqueza, maior benefício social equitativo e equilíbrio ecológico (MAGALHÃES, 1994).

Iniciativa de grande valor foi a inclusão de tal assunto nas escolas, nas faculdades e nas universidades, que começaram a difundir essa preocupação entre os alunos, tornando-os agentes da natureza e reforçando o coro contra a luta entre natureza e a consumista e degradadora sociedade atual, propondo paz e crescimento justo para um futuro melhor e sustentável.

Conseqüência direta das ações de grupos que defendem a natureza foi a criação de uma legislação ambiental que logo foi adotada e adaptada por vários países (HAMMES, 2004).

2.4 Polícia Ambiental

No Brasil, só a partir da década de 1980 é que a legislação tutelar do ambiente passou a se desenvolver com maior celeridade. Por muito tempo, predominou a desproteção total, em parte devido à concepção individualista do direito de propriedade, que sempre constituiu forte barreira à atuação do poder público na proteção ambiental (MAGALHÃES, 1994).

Segundo Magalhães (1994), esse estado durou por aproximadamente cinco séculos, começando a mudar sob o influxo da Conferência de Estocolmo, de 1972.

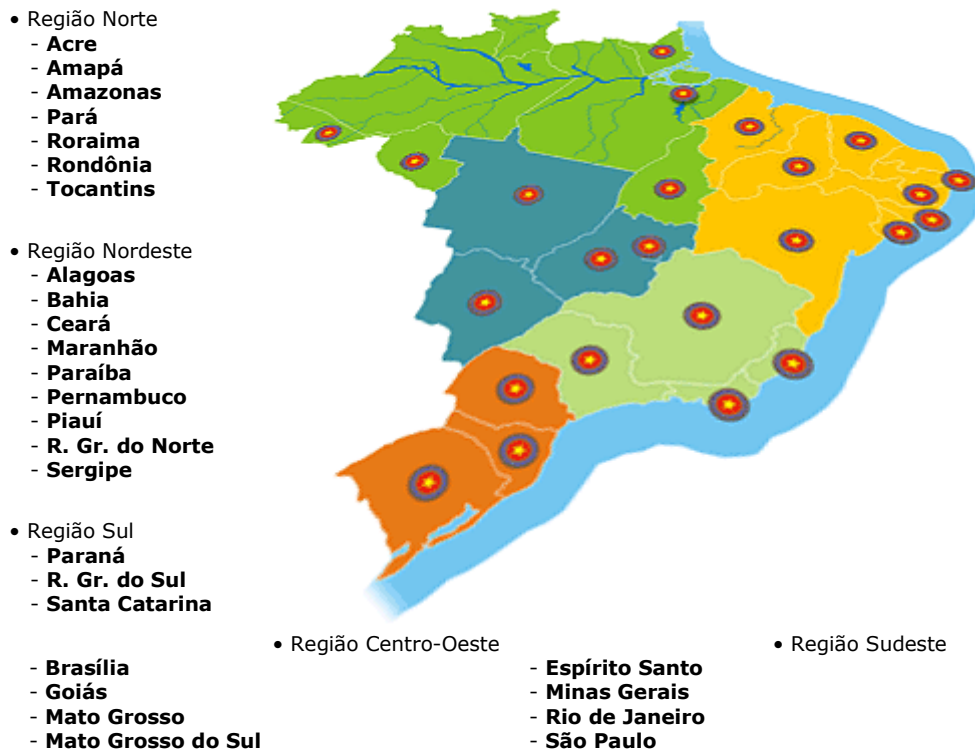
Em seguida, veio a Lei n. 6938 de 1981, trazendo o conceito de meio ambiente como objeto específico de proteção em seus múltiplos aspectos. Em 1985, a Lei n. 7347 disciplinou a ação civil pública como instrumento processual específico para a defesa do ambiente e em 1988, com a edição da nova Constituição brasileira, o progresso se fez notável, na medida em que a Magna Carta deu ao meio ambiente uma disciplina mais específica e abrangente.

Atualmente, conforme dados da própria Polícia Militar (2008) dos 27 estados do Brasil, 26 possuem uma unidade da Polícia Ambiental, totalizando 10.000 policiais envolvidos na proteção da biodiversidade da nação brasileira, atuando na preservação e conservação ecológica, além da fiscalização e controle de queimadas, caça e pesca, poluição, entre outros.

Vale ressaltar que, para uma atuação satisfatória, a Polícia Ambiental trabalha de forma integrada com outros institutos, como o IBAMA, as Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, ONGs e departamentos destinados à proteção e preservação da natureza, conseguindo diversos benefícios como: redução do contrabando e comércio ilegal de animais silvestres; maior controle de desmatamento da Mata Atlântica; controle total da caça ilegal de jacaré no Pantanal; elaboração e implantação de programas para capacitação interna; implantação e execução de diversos programas de educação ambiental; controle das ações ilegais de extração mineral e apoio a diversos programas de pesquisas científicas (MAGALHÃES, 1994).

Todas essas atribuições da Polícia Militar Ambiental tem respaldo na Lei Federal n. 6938 de 1981.

Através da figura 2, pode-se observar os locais de atuação da Polícia Militar Ambiental no Brasil.



Fonte: Disponível em: www.pmambientalbrasil.org.br

Figura 2: Regiões do Brasil com Policiamento ambiental

Nesse contexto, inclui a possível criação de um setor dentro das Guardas Municipais que atue na questão ambiental local, pois o agravamento da situação atual, segundo Magalhães (1994), caracterizada pela acelerada deterioração do meio ambiente em escala mundial, vem crescendo assustadoramente, necessitando assim de ações e soluções emergenciais.

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por meio de contraste entre a situação ambiental do município de Foz do Iguaçu e dados levantados em visitas de campo e em pesquisa bibliográfica, consistindo esta no exame da literatura científica, para levantamento e análise do que já se produziu sobre o tema em questão (ROESCH, 1999).

A pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência. A partir de referências teóricas publicadas em documentos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas, inclusive do passado, existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema (SERVO; BERVIAN, 1983).

Neste trabalho, a análise da relevância da implantação de uma guarda municipal ambiental se deu pela comparação entre as demandas ambientais existentes em Foz do Iguaçu e as possibilidades de enfrentamento de tais problemas a partir de uma força de segurança ambiental atuante no município. Foram utilizados almanaques, anuários, revistas, jornais e obras, tanto técnicas como de divulgação. Atualmente, segundo Gil (2002), as revistas e jornais representam uma das mais importantes fontes bibliográficas, tendendo as matérias das revistas a um maior aprofundamento e elaboração. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p.45).

Utilizou-se a abordagem indutiva na análise, sendo referência casos de outras guardas verdes municipais. Em análises qualitativas tal qual esta, é admitida a ocorrência de alguma subjetividade e interpretação pessoal,

reconhecendo-se o pesquisador enquanto parte do trabalho, ainda que busque e se esforce por manter o máximo de isenção.

4 SEGURANÇA AMBIENTAL: O CASO DE FOZ DO IGUAÇU

4.1 Origens e desenvolvimento do município de Foz do Iguaçu



Fonte: www.prefeituradefozdoiguaçu.com.br

Figura 3: Município de Foz do Iguaçu

De acordo com Tesin (2004), a região de Foz do Iguaçu foi descoberta pelo homem branco em 1542, através da expedição colonizadora de Álvares Nuñez Cabeza de Vaca, capitão espanhol guiado por índios guaranis. A expedição partiu da costa Santa Catarina em direção a Assunção, atravessando este Estado de leste a oeste até o Rio Paraná, tendo então descoberto as Cataratas, que batizou com o nome de “Cachoeiras de Santa Maria”.

Até 1881 eram os índios Caingangues os senhores das terras onde seria localizado, mas tarde, o município de Foz do Iguaçu. Data desse ano, também a fixação dos primeiros moradores da região: Pedro Martins e Manoel Gonzáles (TESIN, 2004).

A autora menciona que a partir de 1881 a ocupação da região ocorreu de forma bastante irregular e precária, tendo como única frente de expansão a cidade de Guarapuava. Este ciclo de ocupação da região caracterizava-se pela extração da erva-mate e pelo corte predatório da madeira nas grandes propriedades. Não havia interesse na fixação definitiva nas terras da região, pois esta forma de exploração predatória obrigava os trabalhadores a sucessivas mudanças em busca de novas frentes de trabalho em outras terras.

Dados da Prefeitura de Foz do Iguaçu afirmam que o povoamento regular e definitivo da região por habitantes nacionais começou com a instalação da *“Colônia Militar do Iguaçu em 1888, tendo como objetivo tomar posse da região e conter o domínio dos países vizinhos. Nessa época, a produção da erva-mate e da madeira escoava para Guaíba, onde havia estrada de ferro para São Paulo”* (TESIN, 2004).

Segundo Tesin (2004), em 09 de abril de 1910, a Colônia Militar passou à condição de distrito do município de Guarapuava. A 14 de março de 1914 foi criado oficialmente o Município do Iguaçu, instalado a 10 de junho do mesmo ano. Desde essa época foram chegando novos colonizadores, principalmente os imigrantes europeus, na sua maioria alemães e italianos, que asseguravam sua fonte de renda através da produção da erva-mate e do corte da madeira.

A partir de 1930, conforme dados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2008), foram chegando os primeiros agricultores do Rio Grande do Sul, dando início a um novo ciclo de ocupação com a instalação da agricultura na região do extremo-oeste paranaense e conseqüente expansão da fronteira. No início, a estrutura fundiária era baseada na pequena propriedade e, muitas vezes, era apenas de subsistência. A implantação do sistema viário, ainda que precário,

permitiu a dinamização da agricultura, favorecendo a comercialização do excedente agrícola e incentivando o aumento da produção de culturas extensivas de grãos com vistas à exportação. Como reflexos destes fatos associados, temos um aumento na demanda por bens manufaturados com conseqüente crescimento no número de estabelecimento comerciais.

Tesin (2004), afirma que a conclusão da rodovia BR-277 (1969) e a integração do Município ao Sistema Estadual de Telecomunicação, bem como as construções do Aeroporto Internacionais marcaram este novo período. Esta fase de desenvolvimento do Município é marcada ainda pela criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939), que potencializou um aumento na importância do turismo para a economia local, pelo desmembramento de São Miguel do Iguaçu (1962) e pela inauguração da Ponte Internacional da Amizade (1965), que intensificou o comércio de Foz do Iguaçu com a cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad Del Este).

O final deste ciclo se caracterizou também pela consolidação da economia do setor terciário, que no Município passou a ter uma participação cada vez maior na geração de renda e na absorção de mão-de-obra. Neste período a base econômica municipal dava-se em funções urbanas diversificadas e direcionadas ao atendimento dos fluxos turísticos.

A partir de 1974, começa definido o novo ciclo de desenvolvimento do Município, intimamente ligado à implantação da usina Hidrelétrica de Itaipu. A construção da Hidrelétrica causou forte impactos em toda a região do extremo-oeste do Paraná, principalmente em Foz do Iguaçu, em virtude do canteiro de obras da usina situada no Município.

Nesta fase do desenvolvimento da cidade, como apresenta Tesin (2004), a construção da Hidrelétrica passou a ser um forte fator de atração de correntes migratórias, trazendo, além de contingentes populacionais de outras partes do Estados, principalmente trabalhadores e seus familiares de São Paulo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul. A construção da hidrelétrica de Itaipu empregou um contingente de mão-de-obra que, no ápice de sua construção, atingiu cerca de 40.000 trabalhadores.

Foz do Iguaçu, segundo dados do IBGE, contava em 1970 com 33.966 habitantes e passou a ter, 136.321 em 1980. Se comparada à população de 1960 (28.212 habitantes), registrou-se um crescimento de 383% no total da população do Município em apenas 20 anos.

Todo esse crescimento, como afirma Tesin (2004), trouxe grandes transformações no quadro urbano do Município, acarretando elevação na demanda por serviços públicos e privados, quer tenha esta origem nas necessidades para a construção da obra em si, quer tenha relação com a satisfação das necessidades dos trabalhadores e suas famílias, atraídas pela oferta de emprego.

Ainda nesse ciclo, simultaneamente a esse desenvolvimento ligado, direta ou indiretamente, à construção de Itaipu, a partir de meados da década de 80, percebe-se um crescimento na importância das transações entre Brasil e Paraguai, principalmente para Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este.

Nesse período, como informa a Prefeitura Municipal de Foz, verificou-se uma ampliação na importância do “turismo de compras” e do comércio atacadista exportador para a região fronteira. Notou-se uma significativa elevação na demanda de produtos eletro-eletrônicos, por parte dos compristas brasileiros. Isso determinou o direcionamento de maiores investimentos dos comerciantes instalados

no Paraguai, principalmente de origem árabe e asiática, na estrutura comercial de Ciudad Del Este. No lado brasileiro da fronteira, observou-se um aumento no número de turista que chegavam a Foz do Iguaçu com o objetivo de fazer compras no Paraguai. Esse turismo, ao qual se convencionou chamar de “turismo de compras”, ainda hoje, assume uma parte da economia local, pois movimenta hotéis, restaurante, lanchonetes, agências de turismo e outras prestadoras de serviços, bem como absorve parte dos trabalhadores do Município (TESIN, 2004).

Outro aspecto merecedor de análise é a importância do setor exportador para a economia local. Como o país vizinho, Paraguai, não possui bens de consumo (duráveis e não duráveis) em quantidade e qualidade suficientes para atender sua demanda, o comércio exportador da cidade se beneficiou desse mercado vendendo aquele país diversos produtos, principalmente alimentícios, de vestuários, eletrodomésticos e para a construção civil. Evidentemente isso determinou um aumento na oferta de empregos e na renda local (WEBBER, 2003).

Contrariando a expectativa de que com a conclusão das obras da Hidrelétrica a maior parte dos trabalhadores de Itaipu partiria em busca de outras obras similares, como costuma ocorrer com os barrageiros no Brasil¹, notou-se a

¹ Conforme informações de França em sua dissertação de mestrado, o barrageiro é um ser itinerante, que viaja em busca de oportunidades de trabalho. Foram escolhidos 3 trechos, a seguir apresentados, para ilustrar tal constatação:

“Já em outras entrevistas, realizadas com outros profissionais envolvidos neste ramo de atuação, ser um “barrageiro” significa primordialmente a possibilidade de acompanhar as obras pelo país, mas esta categoria não está necessariamente relacionada ao cargo ou a função que o indivíduo desempenha. Desta forma, pensa-se que o “barrageiro” transita pelos diferentes níveis hierárquicos e atribuições no interior de uma obra” (França, 2007, p.57).

(...)

“Barrageiro é aquele trabalhador que tem pouca ou alguma especialização na sua mão-de-obra e ele vai seguindo conforme ele tem a informação de que vai ter uma barragem a ser construída. E então ele vai até aquele canteiro de obras e vai oferecer a sua mão-de-obra em função da experiência anterior já adquirida. Então ele não tem uma raiz própria, como ‘eu sou de tal lugar’, ele vai conforme a obra está indo. Hoje tem uma obra aqui em Candói, ele está aqui. Amanhã tem uma obra em Goiás, ele está indo para lá, se depois tem uma obra em Minas Gerais, ele está indo para Minas Gerais. Esse é o barrageiro. É aquele que já é acostumado, que já tem a cultura do barrageiro, acostumado com esse tipo de obra, entende o que vai ser feito, quais são todas as etapas para construir. E ele tem uma certa, alguma especialização em relação a isso. Tem alguma orientação, ele sabe para que

fixação da maior parte daquelas pessoas e de suas famílias em Foz do Iguaçu. Estas passaram a desenvolver funções relacionadas, cada vez mais, ao turismo de compras, ao comércio atacadista exportador e outras atividades legadas ao setor terciário (WEBBER, 2003).

Com o término das obras e início do funcionamento de Itaipu, Tesin (2004) afirma que se intensificou o comércio de exportação e turismo de compras com o Paraguai. Esses fatores são constituídos em função de uma conjuntura econômica iniciada por crises e transformações no Brasil. Esses fatores causaram intenso movimento migratório para o Município, originando a partir desse período, grandes invasões em áreas públicas e privadas. As famílias eram atraídas pela localização fronteiriça de Foz do Iguaçu com o grande comércio aberto de Ciudad del Este (Paraguai).

Acentua o agravamento da situação econômica e das políticas do município, pois o impacto econômico sobre Foz do Iguaçu fez desaparecer, grande parte do setor exportador e reduzir significativamente o turismo de compras e a ocupação de estabelecimentos hoteleiros não classificados. O agravamento da situação social do Município com o crescente desemprego e o desenvolvimento de uma economia informal acarretou no aumento de assentamentos urbano precários, nas dificuldades dos setores sociais e especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública (WEBBER, 2003).

está sendo feito aquilo, ele sabe o objetivo final, quais são os cuidados que precisam ser tomados, embora ele seja assim, um operário, um servente, um mestre-de-obras, mas ele já tem um conhecimento de início, meio e fim da construção de uma barragem, então ele tem um entendimento maior. Até por questões de segurança, por questões ambientais, por questão de resíduos.” (França, 2007, p.56)

(...)

“Com o surgimento de empreendimentos como usinas hidrelétricas, chegam os forasteiros, chamados de “gente de fora”, mais precisamente de “barrageiros”, oriundos de várias localidades brasileiras e que constituem mão-de-obra operacional e técnica para a construção destas obras e que escolheu a cidade como parada, devido a sua localização geográfica viável” (França, 2007, p. 54)

Nesta fase, Tesin (2004), afirma que a abertura de postos de trabalhos não acompanhou o mesmo ritmo do crescimento populacional que, entrando em idade economicamente ativa, não conseguiu nenhuma colocação no mercado, acrescentando-se que o fator migratório torna esse fato ainda mais crítico. O desaparecimento do turismo de compras possibilitou a dispensa de trabalhadores tanto na cidade, como em Ciudad del Este contribuindo para o desemprego.

Entretanto, Foz do Iguaçu goza das vantagens de sua localização estratégica no Mercosul, possuindo perspectivas otimistas de crescimento econômico, com a atração de novos investimentos e consolidação de empresas que poderão usufruir desse nicho de mercado, até então pouco ou informalmente explorado.

A expansão de cursos superiores na cidade, além do fator de atração de jovens e profissionais especializados, possibilita também a constituição de um pólo tecnológico, referencial para os novos momentos (WEBBER, 2003).

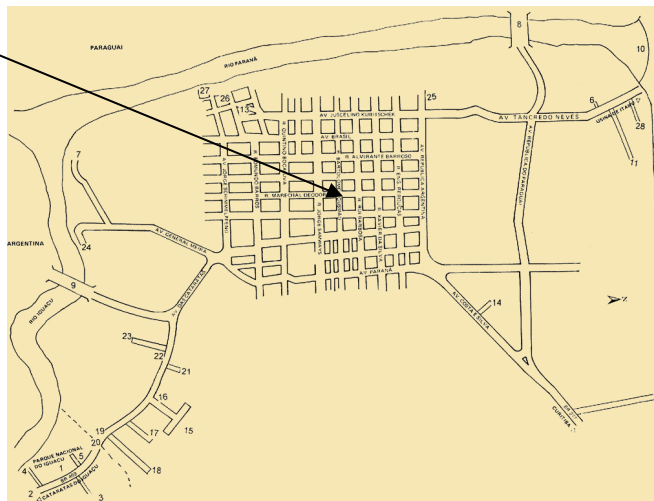
BRASIL



ESTADO DO PARANÁ



MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU



Fonte:
www.prefeituradefozdoiguaçu.com.br

Figura 4: Localização do município de Foz do Iguaçu

4.1.1 A Guarda Municipal de Foz do Iguaçu

Segundo informações do Paço Municipal a Guarda Municipal de Foz do Iguaçu (GMFI) iniciou suas atividades operacionais no dia 05 de maio de 1994, com efetivo inicial de 120 guardas municipais (GMs) e duas viaturas. Em 1995, instituiu-se o grupamento de vigias patrimoniais, que atualmente fazem parte de uma divisão do departamento da guarda, com 218 servidores, com atribuição de vigilância patrimonial dos equipamentos municipais. Através de convênio firmado com o Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu (FOZTRANS) em maio de 1998 criou-se o grupamento de trânsito.

Em 2001, a GMFI deixou de ser uma autarquia, transformando-se em um departamento da Secretaria Municipal de Cooperação para Assuntos de Segurança Pública, que passou a coordenar suas atividades.

A vocação turística da cidade frente às belezas naturais das Cataratas do Iguaçu, bem como grandes obras, frutos da engenharia moderna, a exemplo da usina hidroelétrica de Itaipu Binacional trazem a Foz milhares de turistas todos os anos. Diante disto a GMFI em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo criaram em 2005 o pelotão com o mesmo nome. Em 2008, a GMFI completou 14 anos de serviços prestados a comunidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2008).

Atualmente, funciona com 304 guardas municipais, dos quais 267 são integrantes do quadro masculino e 37 integrantes do quadro feminino. Situa-se no centro da cidade, conforme indica a figura 5.



www.prefeituradefozdoiguacu.com.br

Figura 5: Localização da Guarda Municipal em Foz do Iguaçu

Além das atividades constitucionais de proteção a bens, serviços e instalações, a guarda municipal atua como agente fiscalizador de trânsito, apoio ao turista, tarefas de cunho cívico-sociais como defesa civil, meio ambiente e parceria com as demais secretarias do município e harmonicamente na colaboração aos demais organismos de segurança da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2008).

A Guarda Municipal, segundo informações da própria Prefeitura Municipal (2008), possui 22 viaturas e 48 motocicletas. Nesse período de atuação, já atendeu mais de 134 mil ocorrências. Na atual gestão (2008) foram:

- atendidas 36 mil ocorrências;
- policiados 4200 eventos;
- detidas e encaminhadas às autoridades competentes mais de 3500 pessoas;
- apreendidos mais de 7400 kg de *Canabis sativa* (maconha);
- tiradas de circulação 403 armas e;
- recuperados 369 veículos.

O Departamento da Guarda Municipal é comandado pelo Diretor Superintendente, sendo este subordinado à Secretaria Municipal de Cooperação para Assuntos de Segurança Pública e seu respectivo secretário (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2008).

4.2 Demandas e características do município de Foz do Iguaçu

A colonização do Município de Foz do Iguaçu, segundo Tesin (2004), visava principalmente, a ocupação para a defesa da região de fronteira, em função do Paraguai e da Argentina, sem levar em conta o respeito ao patrimônio maior da terra inexplorada.

Foz era região privilegiada pelas matas decenais, porém com o decorrer dos anos e ocupação desordenada cedeu lugar às plantações, provocando o desmatamento e a abertura de estradas e loteamentos (WEBBER, 2003).

As conseqüências ambientais só não foram maiores, devido à impossibilidade de aproveitamento de todas as áreas agricultáveis, em função da falta de recursos.

Quadro 1: Características físicas de Foz do Iguaçu

- Área total: 589,00 km²
 - Área urbana: 165,5 km²
 - Área rural: 161,2 km²
 - Área do Parque Nacional: 106,6 km²
 - Área do Lago de Itaipu: 155,70 km²
- Umidade relativa do ar: 71,4%
(fonte: Ministério da Aeronáutica)
- Precipitação pluviométrica: 1.857 milímetros.
(fonte: Ministério da Aeronáutica)
- Localização: extremo oeste do Paraná, na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina - latitude sul 25° 32' 45" e longitude oeste 54° 35' 07".
- Relevo: apresenta encostas levemente onduladas, com solos de textura argilosa, de origem eruptiva, profundos e ricos em matéria orgânica.
- Limites: ao norte com o município de Itaipulândia, ao sul com a Argentina, a leste com os municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu e a oeste com o Paraguai.
- Hidrografia: nove microbacias hidrográficas, sendo sete delas circunscritas ao perímetro municipal. Principais rios: Paraná, Iguaçu, Tamanduá, São João, Almada, M'Boicy e Monjolo, dentre outros.
- Clima: subtropical úmido, com verões quentes, geadas poucos freqüentes e chuvas em todos os meses do ano.
- Arborização: mata subtropical na região do Parque Nacional e floresta tropical de várzea nas margens dos rios.
- Temperatura: média anual varia entre 9,5° (mínima) e 37,1° (máxima).
- Fuso horário: -3 horas em relação ao Meridiano de Greenwich
- Altitude: média de 173 metros.

Fonte: www.prefeituradefozdoiguacu.com.br

Segundo dados da Prefeitura Municipal (2008), estima-se hoje uma população de 309.113 habitantes, ocupando a posição de 87º município brasileiro e o quinto maior em população no estado do Paraná, apresentando 53% de pessoas jovens, 64% economicamente ativos e 173.341 eleitores. Possui 74.713 alunos matriculados em 121 escolas de educação infantil, ensino fundamental, médio e

educação especial, mais 11.699 acadêmicos do ensino superior em 8 estabelecimentos, totalizando 86.412 estudantes.

O consumo de energia elétrica no município em 2006, totalizou 381.723 MWh, contribuindo o setor residencial com 169.732 MWh; o comercial com 145.719 MWh; o industrial com 10.357 MWh; o rural com 3.565 MWh; o poder público com 18.563 MWh; a iluminação pública com 21.888 MWh; o serviço público com 11.518 MWh; e o consumo próprio da Copel com 381 MWh (WEBBER, 2003).

O consumo de água tratada no município em 2006 totalizou 13.231.053 metros cúbicos, contribuindo o setor residencial com 10.891.945 m³; o comercial com 1.248.875 m³; o industrial com 25.715 m³; utilidades públicas com 300.315 m³; e os poderes públicos com 764.203 m³ (WEBBER, 2003).

O consumo de combustíveis no município em 2006, foi de 12.699.796 litros de Álcool hidratado; 48.249.952 litros de Gasolina; 58.454.754 litros de Diesel; 12.739.263 litros de Querosene de aviação; 87.781 litros de Gasolina para aviação; e 10.604.544 kg de GLP (WEBBER, 2003).

O número de visitantes aos principais atrativos turísticos, em 2005, foi de 1.084.239 pessoas ao Parque Nacional - Cataratas do Iguaçu; 492.317 pessoas à Hidrelétrica de Itaipu; e 97.554 pessoas ao Ecomuseu de Itaipu (WEBBER, 2003).

O movimento em 2005, no Aeroporto Internacional foi de 817.728 pessoas, sendo 404.760 de desembarque, e 412.968 de embarque; na Estação Rodoviária o movimento no mesmo ano foi de 1.369.275 pessoas, sendo 648.707 desembarcando, e 720.568 embarcando.

Foz do Iguaçu possui atualmente, uma mescla de etnias, formando uma população bastante diversificada. Cerca de 74 das 192 nacionalidades existentes estão em Foz do Iguaçu (WEBBER, 2003).

No entanto, mesmo sendo município de destaque em todo o Estado do Paraná, necessário se faz, a título de embasar este trabalho, salientar que a preocupação com as questões ambientais nunca foi prioridade para o povo e governo. Apenas algumas iniciativas isoladas e “vontades” governamentais propiciaram a criação de um bem-maior, o “Parque Nacional do Iguaçu”, em 10 de Janeiro de 1939 e, mesmo assim, por razões de uma política governamental (autoritária) prevaleceu o interesse do social sobre o bem privado, pois é sabido que algumas famílias dos “pioneiros” que ocupavam áreas encampadas pelo parque, não receberam a indenização devida. A crítica se refere à falta de reconhecimento do valor de sua vinda para ocupar a complexa região de fronteira.



Fonte: www.prefeituradefozdoiguacu.com.br

Figura 6: Parque Nacional do Iguaçu

Atualmente, observam-se vários movimentos, políticas e ações voltadas à preservação do meio ambiente. Pode-se afirmar que apenas neste século a comunidade planetária “acordou” para as questões relacionadas ao meio ambiente. Não antes de quase exaurir os recursos que a natureza tão prodigamente legou. Cite-se como exemplo local o arroio Tamanduá, que foi durante muitos anos a fonte de captação de água no município e que até os anos 90 encontrava-se quase que totalmente poluído; o Marco das Três Fronteiras, que teve a sua vegetação “nativa” totalmente dizimada; a falta de praças e espaços verdes na região central da cidade, entre outros fatos (WEBBER, 2003).

O que se tem hoje foi duramente recuperado e a um custo muito alto de indenizações e sacrifícios. Não se pode mais descuidar das poucas reservas que a região possui, pois se formaram “ilhas” de vegetação no Município, poucas, diga-se de passagem, que podem significar a sobrevivência de várias espécies da flora e fauna. Ainda assim, porém, se não for despertada a consciência conservacionista da comunidade iguaçuense e do entorno, poderão ser extintas.

Foz do Iguaçu anuncia há alguns anos ter por objetivo firmar-se como município ecologicamente correto, tornando-se o primeiro a ser reconhecido pela ONU como tal. Neste sentido, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas, programas e ações que culminem na consecução desse objetivo.

Para seguir este caminho, percebe-se a necessidade da criação de mecanismos concretos e práticos que possam dar o caráter de realização deste objetivo, corrigindo, gradativamente, todos os aspectos que interferem no alcance dessa meta, como por exemplo:

- Constituir uma política condizente com o objetivo;

- Estabelecer planejamento e controle para o atingimento das metas definidas;
- Buscar recursos financeiros;
- Educar a população, conscientizando-a da necessidade da preservação ao patrimônio cultural, turístico e ambiental;
- Desenvolver políticas de recuperação de áreas degradadas;
- Instituir parcerias com entidades envolvidas com as mesmas preocupações ambientais;
- Desenvolver ações visando a auto-sustentação econômico-ambiental.

4.3 Estrutura atual para atendimento à demanda ambiental

Foz do Iguaçu tem o privilégio de estar com a maior parte territorial do Parque Nacional de Iguaçu, isto é, 169.765,00 hectares, cuja competência de manutenção e preservação pertence à União e é efetuada pelo IBAMA, o qual, por sua vez, terceirizou os serviços turísticos.

No Parque Nacional do Iguaçu registram-se como principais problemas, de acordo com informações de seu *site*, a caça de animais silvestres; exploração ilegal de palmito, o atropelamento de animais nas estradas marginais e no interior do parque, uso de agrotóxicos nas propriedades rurais do entorno e pressões para a reabertura de uma estrada ilegal – a Estrada do Colono (Parque Nacional do Iguaçu, 2008).

Continua, no entanto, sua guarda sendo efetuadas por meio da Polícia Militar Florestal (PMF), atualmente denominadas Forças Verdes, que é deficitária em termos de recursos humanos, viaturas e equipamentos para a proteção de tão imensa área.

Vêm ocorrendo ações cooperativas entre a polícia militar e guarda municipal no combate à criminalidade. Da mesma forma, pode ser desenvolvida uma atuação conjunta entre esta corporação (PMF) e a Guarda Municipal Ambiental, que poderá exercer a ação de fiscalização externamente ao parque, por exemplo, o combate a incêndios, caça, pesca, entre outros ilícitos que são praticados contra o mesmo.

Outro órgão destinado a atender as demandas ambientais é o IAP, que, em Foz do Iguaçu, conta com poucos agentes fiscalizadores, os quais trabalham na maior parte do tempo internamente.

Atualmente, existe também no município um setor na Secretaria Municipal de Meio Ambiente denominado Vigilância Ambiental, cujas funções, conforme seu *site*, são:

“(...) fazer o pronto-atendimento de qualquer demanda, emergencial ou não, da fiscalização ambiental, durante as 24 horas do dia, atendendo denúncias de danos ao meio ambiente (poluição hídrica, do ar e do solo), minimizando ou anulando os mesmos, assim como, lavrando os respectivos autos” (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2008).

A Vigilância Ambiental é composta por dois Guardas Municipais e dois Fiscais de Preceitos, baseados na sede da Secretaria do Meio Ambiente, podendo ser solicitada pelo Disque Verde. Suas principais ações referem-se a:

- “1. Incêndios Florestais em áreas de preservação permanente, devendo todos os incêndios serem, primeiramente, comunicados aos Bombeiros através do número 193;
2. Poluição do ar proveniente de:
 - Marmorarias, serrarias e carvoarias;
 - odores de pintura automotiva à pistola;

- queimadas;
 - odores de despejos de efluentes;
3. Comércio ilegal de fauna e flora;
 4. Caça e captura de animais;
 5. Poluição hídrica, em especial a oriunda de despejos esgoto sanitário, de gessarias, marmorarias, tinturarias, etc.
 6. Poluição do solo por derramamento de derivados de petróleo ou de produtos químicos;
 7. Remoção de vegetação;
 8. Podas drásticas;
 9. Extração mineral irregular;
 10. Invasão em Áreas Verdes e Áreas de Preservação Permanente;
 11. Aterro irregular;
 12. Pesca predatória;
 13. Operações de interdição, embargo, apreensão ou demolição agendadas com os demais órgãos competentes” (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2008).

Dentre as diversas demandas ambientais do município, a prefeitura, por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente, vem investindo em apoio a

Pequenos Projetos de Educação Ambiental; Prêmio Professor Destaque Ambiental; Prêmio Destaque de Proteção à Mata Ciliar; Apoio a implantação e execução do Plano Diretor de Arborização Urbana; Campanhas de Limpeza de rios e recuperação da mata ciliar (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu).

Apesar da relevância destas funções da Secretaria de Meio Ambiente, faltam condições para seu atendimento adequado. Nesse sentido, a GMFI pode estabelecer parcerias para auxiliar no atendimento a tais funções.

Considerando os diversos problemas ambientais da cidade, a insuficiência de recursos de todos os tipos para o combate aos crimes ambientais e para o esclarecimento à população, além da riqueza ambiental de Foz, propõe-se constituir uma divisão da Guarda Municipal, voltada à preservação do meio ambiente: a “Guarda Municipal Ambiental”.

A estrutura para atendimento à demanda ambiental no município, como visto, é insuficiente. A seguir será elencada, a título de exemplo, uma série de

outras demandas não atendidas, bem como sugerida a forma de intervenção possível de uma futura Guarda Municipal Ambiental.

4.4 Proposta de atuação de uma Guarda Municipal Ambiental

Uma demanda insuficientemente atendida se refere à Educação Ambiental, que vem sendo feita de forma paliativa. As palestras realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em escolas, tanto municipais como estaduais, são ineficientes ou mesmo inexistentes, devido à existência de poucos agentes ambientais. A Guarda Municipal Ambiental (GMA) viria a suprir essa necessidade, fazendo um trabalho mais intensivo nas redes de educação do município, pois é de senso comum que os custos relativos à prevenção dos danos ao meio ambiente são infinitamente inferiores em relação à reparação do mesmo.

Outros exemplos de demandas parcialmente atendidas são os incêndios de pequeno porte e o despejo irregular na atmosfera de pó químico derivado das marmorarias, que informalmente sabemos não ser eficazmente monitorados periodicamente pelos órgãos competentes, gerando problemas de saúde.

Falta maior comprometimento e investimento na área ambiental. Por exemplo, divergências políticas entre setores do município, como ocorreu no desenvolvimento do projeto de recuperação de nascentes, acarretaram no fim da parceria entre a prefeitura e a Itaipu, ficando o meio ambiente em segundo plano. Diferentemente de Foz do Iguaçu, a prefeitura de Cascavel aceitou o compromisso

com a Itaipu para recuperar as nascentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL, 2008), da mesma forma que Itaipulândia, município que já zerou seu passivo ambiental quanto às nascentes e parcialmente em relação às matas ciliares.

Outro caso é a questão da mineração. Após intensa exploração em uma área, não há, por parte dos empresários, o devido cuidado em relação ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Os investidores deveriam ter planejado a recuperação ambiental em paralelo à exploração do terreno, ou pelo menos, desenvolver posteriormente no local um projeto de recuperação de área degradada por uma empresa especializada, abandonando-a. Fica evidente, portanto, a ausência de fiscalização e punição aos proprietários.

Outro aspecto, por exemplo, refere-se à fiscalização das lavagens de postos de combustíveis, que lançam diariamente efluentes líquidos nas galerias pluviais.

No meio urbano se faz necessário colaborar com a fiscalização de animais sem licença, abandonados, transportados irregularmente e até ilegalmente. Redes clandestinas chegam a transportar 500 bichos de uma só vez. No Paraná, as cidades com maior intensidade deste tipo de crime são Foz do Iguaçu e Guaíra, devido a sua localização de fronteira (WRONISKI, 2008).

Também constitui fator preocupante o corte e poda irregular de árvores. Seria possível enfrentar este problema com ajuda da população, através do Disque-denúncia da central de operações da Guarda Municipal (199), que repassaria essas informações ao pelotão competente (GMA), evitando, por exemplo, essa prática constante, principalmente no inverno, período de maior intensidade (FIGUEIRA, 2008).

De grande relevância para atuação de uma futura Guarda Municipal Ambiental seria a evitação de invasões, através de monitoramento impedindo o crescimento de ocupações desordenadas de áreas públicas ou particulares, como, por exemplo, das 24 favelas existentes no município, que representam 4.583 famílias (20 mil pessoas) (JORNAL EXPRESS 2.0, 2008).

Ainda no tocante ao patrimônio público, que é uma das finalidades básicas da Guarda Municipal, poderia também ser atribuição da GMA o cuidado mais ostensivo com parques, praças e jardins, evitando sua depredação.

Na área industrial, a Guarda Municipal Ambiental poderá verificar e auxiliar na análise de denúncias sobre poluição nos seus diversos tipos, danos ao meio ambiente por produtos químicos, fumo, estocagem de matéria prima e/ou produtos com potencial de contaminação ou de poluição. Essa prática poluidora fez com que o rio Iguaçu, que parte de Curitiba em direção às Cataratas do Iguaçu, obtivesse um nível inaceitável de poluição no Índice de Desenvolvimento Sustentável, divulgado pelo IBGE, ficando apenas à frente do rio Tietê, em São Paulo (PARO, 2008).

Nas áreas rurais, é necessário auxiliar e orientar sobre as questões de preservação das matas ciliares, corredores de biodiversidade, obstrução de nascentes, poluição de mananciais como também quanto ao uso adequado dos agrotóxicos bem como ao destino das embalagens, entre outros. O desmatamento contribui com 75% das emissões de gases, elevando a temperatura terrestre (efeito estufa) (JORNAL DO CLIMA, 2008).

Nos rios e lagos, é possível auxiliar na ação fiscalizadora da pesca predatória, assoreamento, contrabando, afogamentos. A consequência da pesca

predatória em época da piracema acarreta na crescente escassez de peixes a cada ano (DIÁRIO DE FATO, 2008).

A Guarda Municipal Ambiental terá como uma de suas atividades a informação ambiental, orientando estudantes da rede municipal/estadual de ensino do Município de Foz do Iguaçu, por meio de palestras educativas, sobre os cuidados necessários com o meio ambiente, fazendo com que os jovens sejam agentes multiplicadores na sua preservação.

No meio acadêmico, a Guarda Municipal Ambiental atuará de forma a apoiar os projetos relacionados ao meio ambiente, oferecendo segurança às instituições e aos agentes de campo, para que estes possam desempenhar suas pesquisas com a devida tranquilidade.

Junto à população, orientando os menos esclarecidos através de palestras nas associações de bairros e sindicatos rurais, quanto aos aspectos positivos de possuímos patrimônios turísticos, culturais e naturais, para ser mostrado aos demais interessados, sobretudo por este patrimônio ser gerador de renda e sobrevivência para a nossa comunidade.

A Guarda Municipal, em parceria com os órgãos competentes, poderia auxiliar na fiscalização e no controle das demandas citadas, além de outras, respeitando as atribuições e funções de cada órgão, como por exemplo, à semelhança do ocorrido nas catástrofes naturais no Estado de Santa Catarina, onde houve cooperação de diferentes órgãos, voluntários e forças policiais. Esta cooperação deveria ser a conduta-padrão, ocorrendo não apenas após o fato em si, mas sim na prevenção e profilaxia de diversos problemas.

4.4.1 Funcionamento da Guarda Municipal Ambiental

No Brasil existem 204 corporações, dentre as quais algumas possuem pelotões voltados à proteção do meio ambiente. A experiência dos pelotões ambientais de Rio das Ostras, no Rio de Janeiro, e de Jundiaí/ São Paulo, revela a boa receptividade e mesmo o carinho da população local pela Guarda Municipal Ambiental (GMRO/Rio das Ostras, 2003; Q.A.P. Total, 2005).

Treinados especialmente para ações que contribuam para a preservação do meio ambiente, os pelotões da Guarda Municipal Ambiental são formados e capacitados pelo IBAMA, tendo a função de coibir as infrações ambientais, como a caça e a pesca predatórias (GMRO/Rio das Ostras, 2003).

Assim, a Guarda Municipal Ambiental terá como princípios o atendimento integral à Constituição Federal de 1988 e legislação complementar, suas atualizações e, tomará por base principalmente o art. 23 que estabelece ser matéria da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, segundo a Constituição de 1988, os seguintes incisos:

- III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.(...)
- VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- VII – preservar as florestas, a fauna e a flora.

É neste contexto que se insere o princípio da criação da Guarda Municipal Ambiental, pois se ao Município é dada à alternativa de legislar onde os regramentos da União e do Estado deixam o “vazio” dos cuidados com o meio ambiente que, a princípio, interessa à comunidade local, necessário é que exista alguém ou uma instituição/corporação que se preocupe com os aspectos

preservacionistas do que é local, que afeta apenas uma pequena parcela (Município) de um todo muito maior (União) e que as autoridades constituídas, por vezes, não podem se ater aos “detalhes” do que seja um ambiente menor, mas que destarte, interessa à população que dele vive ou de seu entorno, como é o caso de Foz do Iguaçu e seus arredores.

A Guarda Municipal Ambiental deverá agir em sintonia com os demais órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, exercendo supletivamente a competência pela fiscalização ambiental, mediante convênios com os órgãos encarregados por este mister.

Estará subordinada diretamente à Guarda Municipal e ao RDGM (Regulamento Disciplinar do Guarda Municipal), dela fazendo parte e sujeitando-se a todas as normas que a orientam e, além disto, sujeitarão aos demais diplomas que disciplinam os regramentos ambientais Municipal, Estaduais e Federais. Suas funções, em síntese, seriam:

- Fiscalizar atividades individuais, comerciais e industriais;
- Atender demandas ambientais não satisfeitas no município;
- Ministras palestras e outras atividades informativas;
- Encaminhar materiais apreendidos e infratores aos órgãos competentes;
- Atender a denúncias;
- Agir ao modo de salva-vidas e defesa civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Para que nos preocuparmos com o passado ou interrogarmos o futuro, quando o presente está cheio de oportunidades que reclamam a nossa imediata atenção?”

TURNBULL

A localização geográfica de Foz do Iguaçu é privilegiada sob o ponto de vista ambiental. Encontra-se encravada no pouco que resta de mata atlântica paranaense, com belezas naturais que encantam os moradores, bem como os turistas que aqui visitam. Porém, todo esse ecossistema está ameaçado pela economia local. Sabe-se que as forças policiais juntamente com os órgãos ambientais (IAP, IBAMA e Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente) responsáveis pela manutenção e conservação ambiental são insuficientes para atender a quantidade de problemas existentes, assim como a área a ser monitorada.

Neste sentido, importa frisar a necessidade de uma força auxiliar para minimizar a carência de efetivo no combate aos crimes ambientais. A proposição sugerida por este estudo é um novo setor, especializado, na Guarda Municipal, encarregado de verificar o cumprimento das legislações ambientais, colaborar com a defesa civil em situações de catástrofes e calamidades naturais, prestar serviço de salva-vidas, bem como esclarecer a população fornecendo informações por meio de palestras e afins.

A relevância da criação deste setor reside em que o município não dispõe de tal força auxiliar até o momento, ao mesmo tempo em que mostra grande necessidade de tê-la, conforme indicado na presente avaliação. A experiência cotidiana deste autor enquanto guarda municipal revela a frequência regular de

invasões em Foz nas áreas verdes e reservas legais, além da exploração de pedreiras de forma desordenada, da caça, do transporte e captura para reprodução em cativeiro de animais silvestres em extinção, do desmatamento ilegal, das queimadas, da destinação irregular de pneus, resíduos e vasilhames de agrotóxico, de animais soltos em vias públicas, do lançamento de efluentes líquidos domésticos e industriais a céu aberto e ou em corpos hídricos, de perfurações desenfreadas sem autorização de órgão competente, contaminando o lençol freático (Aquífero Guarani).

As guardas municipais foram criadas para cuidar dos bens, serviços e instalações públicas. Em seu trabalho, o bem maior é o bem estar da população. Numa guarda municipal comunitária, seus agentes interagem com a população local, conhecendo a realidade de seu dia a dia. A proteção ao meio ambiente também se torna mais eficiente, já que as tomadas de decisões diretas são locais.

Em que pesem os mecanismos encontrados para dar consistência ao presente trabalho, como a pesquisa bibliográfica, sabe-se que a implementação de um setor dentro da Guarda Municipal voltado ao meio ambiente dependerá, basicamente, de vontade política, pois os custos para a implementação deste pelotão são irrisórios frente aos benefícios ocasionados e à situação razoavelmente estruturada da Guarda Municipal.

Assim, sua implementação demandará apenas algum trabalho de ajustes da Guarda Municipal, como:

- A aquisição de equipamentos especializados;
- Uma farda distintiva;
- A seleção de pessoal dentro do próprio corpo da guarda;

- Treinamento necessário ao desempenho das novas atividades;
- A celebração de convênios com as instituições relacionadas à:
 - a) Preservação do meio ambiente, para efetivar a ação fiscalizadora; e,
 - b) Ao trabalho educacional, visando à conscientização e a preparação de agentes multiplicadores na preservação do meio ambiente do Município de Foz do Iguaçu.

O presente estudo acerca da relevância de implantação da Guarda Municipal Ambiental contribui no sentido de repensar a questão do meio ambiente na região de Foz do Iguaçu.

Neste estudo a análise se deu por meio da comparação entre as demandas ambientais do município, as condições para seu atendimento e as possibilidades de atendimento complementar oferecidas pela Guarda Municipal, através do futuro pelotão Ambiental. Entretanto, considera-se a necessidade de um estudo mais aprofundado, que inclua uma pesquisa de campo junto à comunidade local e órgãos ambientais, quanto a sua receptividade para tal corporação. Tal estudo contribuiria para o planejamento da implantação desta guarda.

A cidade tem condições de ser modelo ecológico de município, pois, por seu porte e características, tem problemas ainda gerenciáveis, possui grande riqueza ambiental e multicultural. Tem crescido em número de universidades. A Guarda Municipal Ambiental viria a somar-se a estes outros esforços, convergindo para melhoria da cidade.

Mesmo com todos os problemas ambientais enumerados acima, ainda pode-se reverter essa realidade. Não apenas é importante a criação da guarda ambiental, que por si só também não conseguirá fazer frente aos desafios apontados, mas o comprometimento de todos, como a sociedade civil organizada, o poder público, as forças policiais, as instituições de ensino, ambientais e eclesiais, as ONGs, os empresários, os acadêmicos e profissionais de todas as áreas, atuando em prol da superação dos problemas ambientais.

Essa ação coletiva nos mostrará que é possível haver uma transformação.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.unicentro.br/neddij/constituicao.pdf>. Acesso em 08, nov, 2008.

BRASIL, **Lei nº 5. 172, de 25 de Outubro de 1966. Código Tributário Nacional - CTN - L-005.172-1966**, Livro Primeiro, Sistema Tributário Nacional, Título IV, Taxas, Art. 78.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN Pedro Alcino, **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **A Violência Policial, A Impunidade e o Foro Privativo Militar da Polícia**. Disponível em: <http://www.cidh.org/countryrep/brazil-port/Cap%203.htm>. Acesso em 05, set, 2008.

CORREA, Oscar Dias. **A defesa do estado de direito e emergência constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

DÊNIS. Guarda Municipal de Jundiaí: Fundação e História. **Q.A.P. Total**. São Paulo, ano 03, no. 06, p. 06 – 08, 2005.

DIÁRIO DE FATO. **Proibição de pesca teve início esse mês**. Disponível em: <http://www.diariodefato.com.br/display.php?codigo=5366>. Acesso em: 03, dez, 2008.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FERREIRA, Guilherme. **Polícia Rodoviária Federal combate crime organizado**. 2006. Disponível em: <http://www.projeto.br.com.br/Content.aspx?Id=691>. Acesso em 03, set, 2008.

FIGUEIRA, Nelson. **Disque-Denúncia auxilia fiscalização a cortes irregulares**. Blog da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu. Disponível em <<http://noticiasgmfi.spaces.live.com/blog/cns!297011A45DB734AC!1181.entry>>. Acesso em 04, nov, 2008.

FRANÇA, Georgeana Barbosa de. **Barragens e Barrageiros: um Estudo sobre os Processos de Construção de Identidades Coletivas em uma Área de Empreendimentos Hidrelétricos**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. UFPR, Curitiba, 2008. Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/12004/1/dissertacao_georgeana_franca.pdf>. Acesso em 10, dez, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2002.

GIODA, Adriana. **Problemas ambientais: temos consciência da influência dos mesmos em nossa vida?** Disponível em: http://www.terrabrasil.org.br/noticias/materias/pnt_problemasamb.htm Acesso em 08, nov, 2008.

GOULART, Manoela Carolina. **Análise da Política Ambiental exercida pelo Instituto Ambiental do Paraná.** 2006. Disponível em <http://www.cca.ufsc.br/Projetos/Manoela%20Carolina%20da%20Silva%20Goulart%202005-2.pdf>. Acesso em 10, nov, 2008.

GUIMARÃES, R. **Controle Externo de Atividade Policial pelo Ministério Público.** Curitiba: Juruá, 2006.

HAMMES, Cyro Eyer. **Qualidade ambiental: como ser competitivo o meio ambiente.** São Paulo: Pioneira, 2004. Loureiro (2004)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1068&id_pagina=1 Acesso em 15 out, 2008.

JORNAL DO CLIMA. **Efeito estufa:** Desmatamento responde por 75% das emissões no País. Disponível em http://www.brasilnoclima.com.br/noticia_pdf.kmf?noticia=6414027. Acesso em 03, dez, 2008.

JORNAL EXPRESS 2.0. **Foz do Iguaçu:** uma rica cidade pobre. Disponível em http://www.jornalexpress.com.br/noticias/detalhes.php?id_jornal=8183&id_noticia=4. Acesso em 03, dez, 2008.

LOUREIRO, Ythalo Frota. **As Polícias Militares na Constituição Federal de 1988:** polícia de segurança pública ou forças auxiliares e reserva do Exército? 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5866>. Acesso em: 09, mar, 2007.

MAGALHÃES, Paulo Jorge Moraes. **A sociedade no lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental.** Piracicaba: Unimep, 1994.

PARO, Denise. **Poluição no ar, na terra e na água.** Gazeta do Povo, caderno Vida e Cidadania. Disponível em <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=773054&tit=Poluicao-no-ar-na-terra-e-na-agua>. Acesso em 03, dez, 2008.

POLÍCIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: www.prefeituramunicipalfozdoiguacu.com.br. Acesso em 10, nov, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS – Secretaria de Comunicação Visual de Rio das Ostras. Rio de Janeiro: Expediente, 2003.

RAMOS, João Gualberto. **Audiência Processual Penal**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

RAMOS, João Gualberto **Reflexões sobre o perfil do Ministério Público de ontem, hoje e do 3º. Milênio**. Artigo no prelo Revista Justitia. São Paulo: Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo e Associação Paulista do Ministério Público, 2001.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SERVO, Amado Luiz; BERVIAN Pedro Alcino, **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

SILVA, José Geraldo da. **O Inquérito policial e a Polícia Judiciária**. 4 ed. São Paulo: Millennium, 2002.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

TESIN, Renata. **Foz do Iguaçu, Terra das Cataratas**. Curitiba: Base, 2004.

TORRES, Manoel. **Compreendendo o meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007.

TUNDISI, Paulo César. **Preservação ambiental**. São Paulo: Ática, 2002.

WEBBER, Darci. **Foz em Números – Características Gerais e da População**. Foz do Iguaçu: Grupo Camaleão, 2003.

WRONISKI, Elisangela. **Tráfico e devastação: inimigos dos animais**. Paraná Online. Disponível em <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/165956/>. Acesso em 03, dez, 2008.

WEBGRAFIA

www.pmambientalbrasil.org.br, acesso em 10 out, 2008.